WIKIPÉDIA
A enciclopédia livre

Joaquim da Costa Bandeira

Joaquim da Costa Bandeira (Viana do Castelo (Santa Maria Maior), 11 de dezembro de 1796 – Lisboa, 24 de dezembro de 1856), 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de Porto Covo da Bandeira, foi um empresário, banqueiro e político que, entre outras funções de relevo, foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Par do Reino e Ministro da Fazenda do efémero governo que ficaria conhecido pelo *Gabinete dos Mortos*.[1] Foi o primeiro presidente do Banco de Portugal, entidade criada pela fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional, decretada em 19 de novembro de 1846.[2]

Joaquim da Costa Bandeira

Nascimento	11 de dezembro de 1796 Santa Maria Maior
Morte	24 de dezembro de 1856 (60 anos) Lisboa
Cidadania	Reino de Portugal
Ocupação	banqueiro, empresário, político
Título	Conde de Porto Covo da Bandeira, Visconde de Porto Covo da Bandeira

[edite no Wikidata]

Biografia

Joaquim da Costa Bandeira nasceu em Viana do Castelo, filho de João da Costa, proprietário, e de Maria Josefa Cristina Bandeira. Herdou a grande casa comercial de seu irmão, que a recebera do tio, o grande negociante Jacinto Fernandes Bandeira, o 1.º barão de Porto Covo da Bandeira, e administrou-a com grande sucesso, conseguindo aumentar a fortuna.[3]

Foi o primeiro presidente da direcção do Banco de Lisboa, nomeado logo após a fundação da instituição em 20 de março de 1821. Em 27 de setembro de 1824 assumiu a presidência da Comissão para os Socorros aos Emigrados do Brasil.

Em 17 de Janeiro de 1826, foram-lhe concedidas as honras de exercício no Paço e, por decreto de 23 de 1827, foi agraciado com a carta de conselho. Foi deputado da Junta dos Reais Empréstimos e presidente da Comissão para dar Auxílios a Estabelecimentos de Caridade. Por nomeação de 6 de julho de 1833 integrou a Comissão do Tesouro Público e a comissão *ad hoc* para conhecimento do estado da dívida externa consolidada.[3]

Foi elevado a par do Reino em 1835, passando a integrar a Câmara dos Pares das Cortes. Em 1836 foi Ministro e Secretário de Eatado dos Negócios da Fazenda do efémero governo saído da *Belenzada*, que ficaria conhecido pelo *Gabinete dos Mortos*, mantendo-se no governo apenas entre os dias 4 e 6 de novembro.

Com clara predilecção pelas distinções nobiliárquicas, tratou de obter carta de brasão de armas, que lhe foi concedida em 6 de abril de 1821. Obteve a concessão de se encartar na segunda vida do título de barão de Porto Covo da Bandeira, com que o tio fora agraciado em 1805, o que obteve por decreto de 26 de fevereiro de 1822. Tendo obtido a mercê de fidalgo cavaleiro em 3 de janeiro de 1823, foi feito 1.º visconde de Porto Covo da Bandeira por decreto de 19 de janeiro de 1835, do rei D. João VI.[4] Foi elevado a 1.º conde de Porto Covo da Bandeira em 15 de setembro de 1843. Quando faleceu sem geração, o título de conde de Porto Covo da Bandeira passou para seu primo Félix Bernardino da Costa Lobo, neto materno de um irmão de João da Costa Guimarães, que passou a usar o apelido Bandeira.[5]

Foi senhor de Porto Covo e comendador da Ordem de Cristo.

Referências

1. Lista de Ministros das Finanças (https://purl.sgmf.gov.pt/COL-MF-0065/1/COL-MF-0065_master/COL-MF-0065_PDF/COL-MF-0065_Iconografia_quadros_de_mandatos.pdf).
2. Banco de Portugal (https://portugal1914.org/portal/pt/historia/instituicoes/item/5243-banco-de-portugal).
3. Mário Pinho da Cruz, *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças (1788-2006)*. Secretaria-Geral do Ministério das Finaças e da Administração Pública, Lisboa, 2006 (https://purl.sgmf.pt/COL-MF-0065/1/COL-MF-0065_master/COL-MF-0065_PDF/COL-MF-0065_VersaoIntegral.pdf).
4. *Nobreza de Portugal e Brasil*, volume 3, pp. 169-171.
5. Diogo de Paiva e Pona, «Bandeiras, de Lisboa» (http://m.genealogias.info/mobi/1/upload/bandeiras_2021.pdf).

Obtida de "https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Joaquim_da_Costa_Bandeira&oldid=69689274"